



ARTÍCULO | ARTIGO

Fermentario V. 18, N° 1 (2024)

ISSN 1688 6151

Instituto de Educación, Facultad de Humanidades y Ciencias de la  
Educación, Universidad de la República. [www.fhuce.edu.uy](http://www.fhuce.edu.uy)

---

## Ideologia e Educação: reflexões iniciais sobre o Novo Ensino Médio

*Ideology and Education: initial reflections on the New High School*

Ideología y Educación: reflexiones iniciales sobre la Nueva Escuela Secundaria

*Neyha Guedes<sup>1</sup>*

*Neiva Afonso<sup>2</sup>*

**DOI:**

**Recibido:** 1° de marzo de 2024.

**Aceptado:** 15 de septiembre de 2024.

### Resumen

El texto aporta un enfoque crítico a la Nueva Educación Secundaria. Se destaca que el nivel medio de educación y su implementación en Brasil, históricamente, está a la altura de las

---

1 Universidade Federal do Pelotas - UFPel.

2 Universidade Federal do Pelotas.

exigencias del capitalismo, sirviendo a veces como educación propedéutica para la Educación Superior, a veces como educación técnica y preparatoria para el mercado de trabajo. Considera que en ambas situaciones, la NEM conduce a desviaciones en la formación y fisuras formativas que pasan por alto la concepción de emancipación humana propagada por los ideales marxistas y la Teoría Crítica. Se concluye que, como soporte ideológico, la innovadora reorganización educativa de la Nueva Escuela Secundaria está vinculada a los medios de propagación cultural y representa una venganza del conservadurismo que siempre se ha instaurado en la sociedad educativa brasileña, siendo los educadores responsables de ensayos y reflexiones. con el propósito de difundir poderosas herramientas de resistencia e imaginación.

**Palabras clave:** Educación, Ideología, Nueva Educación Secundaria.



### **Resumo**

O texto traz uma abordagem crítica a respeito do Novo Ensino Médio. Ressalta que o nível intermediário de ensino e sua implementação no Brasil, historicamente, faz jus às demandas do capitalismo, ora servindo como ensino propedêutico ao Ensino Superior, ora como ensino técnico e preparatório ao mercado de trabalho. Considera que em ambas situações, o NEM enseja desvios na formação e fissuras formativas que passam ao largo da concepção de emancipação humana propagada pelos ideais marxianos e pela Teoria Crítica. Conclui que, como apoio ideológico, o inovado rearranjo educacional do Novo Ensino Médio atrela-se aos meios de propagação cultural e representa uma revanche do conservadorismo desde sempre instaurada na sociedade educativa brasileira, cabendo aos educadores ensaios e reflexões com a finalidade de divulgar poderosas ferramentas de resistência e de imaginação.

**Palavras-chave:** Educação, Ideologia, Novo Ensino Médio.

### **Abstract**

The text brings a critical approach about “Secondary School Reform” and emphasizes that the intermediary level of school and its implementation in Brazil, historically, is right to capitalism’s demands, sometimes as a propaedeutic teaching, sometimes as a technical and preparatory to working market. The text considers that in both situations, NEM (Secondary School Reform) provides divergences in formation and causes formative fissures that pass by emancipation conception which are advocated by marxian ideas and Critical Theory. Concludes that, as an ideological support, the new educational rearrangement of NEM links to the ways of cultural diffusion and represents a rematch of conservatism since always established in Brazilian educative society, fitting to teachers making essays and reflections with the goal to disclosing strong tools of resistance and imagination.

**Keywords:** Education, Ideology, Novo Ensino Médio.

## 1. Ideologia e Educação

A educação institucionalizada no Brasil iniciou junto com a chegada do capitalismo nestas terras. Assim, é impossível desconectar educação e capital. Afinal, por aqui os interesses da classe dominante sempre ditaram os rumos de nossas formas e reformas educacionais, ampliando ou diminuindo o acesso dos mais pobres, conforme as exigências mercantis de cada período e, ainda, conforme suas próprias convicções de mundo. Foi Gramsci (1891-1937) quem, valendo-se do pensamento de Marx (1818-1883), denunciou o uso hegemônico da instituição escolar. Segundo ele, a escola é um grande campo de disputa de ideias, quase sempre utilizada para o repasse cultural da ideologia dominante, ocasionando um aprisionamento das consciências, que acabam por reproduzir a realidade conhecida, ao contrário da transformação proveniente de uma análise crítica do real. Portanto, para Gramsci, a educação escolar acaba por desempenhar um papel crucial no repasse ideológico da classe dominante, servindo para moldar e condicionar os sujeitos, ao produzir uma realidade universal, que parte, contraditoriamente, da experiência singular da classe burguesa. O que ocorre, então, é uma inversão do real, que se

propaga e se consolida através, principalmente, da educação.

A inversão do real foi apontada por Marx como basilar para a compreensão do conceito de ideologia. Para o filósofo, e isto foi uma novidade em sua época, quando uma determinada consciência expressa o mundo de determinada forma, ela expressa, na verdade, o resultado das condições materiais que possibilitaram a criação desta realidade. Dito de forma mais simples, toda a realidade (a cosmovisão individual) é resultado de condições materiais determinadas em cada contexto histórico; sendo, portanto, impossível separar sujeito e sociedade, identidade individual e coletiva. Assim, o conceito de ideologia expressa este ocultamento racional, que, ao contrário do esclarecimento pregado pelo Iluminismo, restringe a natureza humana e oculta outras possibilidades de análise do presente. Isto porque, a ideologia é a visão determinada, que naturaliza aquilo que é histórico. Podemos dizer, portanto, que o conceito de ideologia expressa uma visão endereçada da realidade, que tem como objetivo cristalizar o conhecido e dar-lhe aparência de inevitável. Apresentando, assim, uma visão singular como a única possibilidade possível de interpretação do mundo.

No mundo capitalista, muitas são as ideias cristalizadas a partir de um repasse ideológico, como, por exemplo, a noção de família, de história, de Estado, de propriedade, etc. Para a consciência burguesa, suas experiências particulares em todos esses exemplos servem de molde para enquadrar noções universais, que pautam a realidade social. A função deste tipo de conduta é a autoconservação, afinal, é preciso garantir, de alguma forma, as relações que fundamentam a hierarquia de poder entre classe dominante e dominados. Real e natural precisam confundir-se, para criar uma adaptação pacífica e resignada dos sujeitos da classe trabalhadora e manter, portanto, os privilégios da classe dominante. De acordo com Chauí,

«A ideologia não é um processo subjetivo consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos. Ora, a partir do momento em que a relação do indivíduo com a sua classe é a da submissão a condições de vida e de trabalho pré-fixadas, essa submissão faz com que cada indivíduo não possa reconhecer-se como fazedor de sua própria classe. Ou seja, os indivíduos não podem perceber que a realidade da classe decorre da atividade de seus membros. Pelo contrário, a classe aparece como uma coisa em si e por si e na qual o indivíduo se converte numa parte, quer queira, quer não. É uma fatalidade do destino. A classe começa, então, a ser representada pelos

indivíduos como algo natural (e não histórico), como um fato bruto que os domina, como uma “coisa” onde vivem. A ideologia burguesa, através de uma ciência chamada Sociologia, transforma em idéia científica ou em objeto científico essa “coisa” denominada “classe social”, estudando-a como um fato e não como resultado da ação dos homens». (1980, p. 30)

Percebe-se, então, que mais do que mera manipulação, a ideologia, em Marx, representa um primitivo mecanismo de preservação da classe burguesa, que busca em sua visão limitada da realidade, garantir a manutenção de seu poder, confundindo real e ideal. A educação, por sua vez, como bem nos apontou Gramsci, funciona como ferramenta de repasse cultural, garantindo, não de forma exclusiva, a construção e o reforço de uma visão de mundo cristalizada e universalista. Porém, como campo de disputa, a escola (na figura de seus gestores e professores) nem sempre aceita de forma pacífica esta incumbência, exercendo resistência ao modelo burguês de educação e estabelecendo novos compromissos para si. Trata-se de uma disputa que gera impasses, movimentando reformas educacionais que traduzem os embates de cada período.

No Brasil, a reforma mais atual do Ensino Médio exemplifica as contendas entre, de um lado, uma ideologia dominante que tende a controlar os rumos da educação pública do país; e de outro, a resistência exercida contra este projeto hegemônico. A própria identidade da etapa média de nossa educação é terreno espinhoso até os dias atuais, justamente por movimentar-se de forma errante, em uma espécie de “queda de braço” constante. Começemos por explorar esta questão: afinal, qual a identidade do Ensino Médio?

## **2. O Ensino Médio brasileiro**

A primeira instituição oficial de Ensino Secundário (Ensino Médio) no Brasil foi o Colégio Dom Pedro II, fundado em 1837, no Rio de Janeiro, que era, na época, capital do Império. Porém, a etapa média da educação já era uma realidade muito antes desta inauguração. Desde os primeiros tempos da colonização, a etapa média foi uma necessidade da elite, que carecia de uma educação adequada para que seus filhos tivessem condições de concorrer aos bancos universitários da Europa, especialmente na Universidade de Lisboa. A escola elementar, oferecida pelos padres jesuítas, logo deixou de ser suficiente para esta camada da população,

que, portanto, exerceu forte pressão política para que os conhecimentos mais avançados fossem a eles garantidos. Desde este início de nossa história, é possível destacar algumas contradições, afinal, a educação média, apesar de ser uma realidade para a elite, não era uma possibilidade para os demais estratos sociais. Não é nenhuma novidade, por exemplo, afirmar que a educação oferecida pelos jesuítas foi encomendada para servir de suporte ao domínio nos moldes do imperialismo, valendo-se do domínio cultural como ferramenta mais poderosa e efetiva que a dominação pela sujeição física (também muito praticada por aqui).

Mesmo com Marquês de Pombal e sua promessa de renovação e modernização da Colônia, o Ensino Médio prosseguiu em sua frágil identidade: era intermediário e, em sentido prático, apenas uma etapa anterior ao Ensino Superior. Os conhecimentos ali disseminados não possuíam valor em si mesmo, era, por assim dizer, um mal necessário e nada mais. Aqueles poucos com condições econômicas de acessar o ensino intermediário o faziam como porta de entrada para a Universidade. Quem não podia dar-se ao luxo deste sonho, não via na educação secundária algo significativo. As aulas régias - que substituíram a etapa média oferecida pelos jesuítas, após a expulsão desses - eram escassas, caras e, em sua maioria, de baixa qualidade. Porém, entre algumas tímidas mudanças, este modelo pareceu ser suficiente ao planos do Império até 1808, quando a chegada da Família Real acelerou a consolidação do capitalismo e destravou a modernização prometida, mas ainda não consolidada, décadas antes. Em suma, mesmo para os mais ricos, o ensino secundário só passou a fazer parte da preocupação estatal quando se tornou uma demanda do sistema econômico: como passo necessário para a criação de novas profissões, fundamentais em um país que agora abrigava a Coroa portuguesa e enquanto peneira para a entrada dos jovens nas recém criadas universidades brasileiras.

A partir de então, alguns cursos técnicos (de nível médio) foram criados, incluindo aqueles de preparação de professores (escola Normal). A demanda por educação crescia, fazendo com que a classe pobre da população fosse requerida nos bancos escolares, principalmente para a alfabetização. A vida urbana trouxe consigo profissões burocráticas, fazendo do Ensino Médio uma etapa terminal para a baixa e média burguesia, que se valia dela para acessar postos de trabalhos administrativos. Nesse momento de nossa história, a etapa média da educação passa a obter uma segunda identidade, servindo de ponto final da vida estudantil, assegurando a entrada em trabalhos qualificados de certo prestígio social. Agora, o Ensino Médio passa a cumprir dois objetivos: é terminal, para quem se utiliza dele para acessar os postos de trabalho burocráticos e,

ao mesmo tempo, intermediário, para aqueles que dele necessitam para o acesso aos cursos universitários. Em ambos os casos, era proibitivo aos filhos da classe pobre, corroborando uma realidade educacional extremamente elitista. A entrada da classe pobre no Ensino Médio deu-se timidamente ainda no Império, quando foram criados alguns cursos destinados a “preparar os ‘pobres coitados’ para o trabalho” (FILHO, 2013, p. 53), mas só se intensificou durante a Segunda República e a criação, por Getúlio Vargas, do sistema S (Sesi, Senai, Senac e Sesc).

O Ensino Médio de caráter terminal passa a ser atrelado aos cursos técnicos e oferecido em maior quantidade, sendo tanto mais acessível quanto mais interessante aos menos favorecidos. Por outro lado, os cursos de Ensino Médio propedêuticos (que preparavam, de fato, para o vestibular) seguiam com menor oferta, maior competitividade de acesso e mais onerosos para as famílias. Na prática, essa dinâmica representava um ensino aos pobres (voltado para a preparação para o mercado de trabalho) e um para os filhos da elite (voltado para a entrada no Ensino Superior). Muitas foram as disputas políticas e sociais que marcaram a caminhada errante do Ensino Médio, que sofreu inúmeras reformulações ao longo das diferentes Constituições e Leis de Diretrizes e Bases. Tais disputas referem-se àquela tensão entre ideologia hegemônica e resistência, que destacamos no início do texto. Longe de queremos simplificar a história da educação brasileira, a retomada que fazemos nestas linhas tem como objetivo apresentar a conexão entre Ensino Médio e capitalismo, retomando de forma objetiva alguns pontos deste percurso.

As disputas de ideias contra-hegemônicas podem ser exemplificadas no movimento Escolanovista, que se fez forte durante a década de 1930 pregando, entre suas pautas, uma educação democrática. Porém, como repressão aos movimentos sociais de esquerda que ganhavam força em todo o país, em 1964 ocorre um golpe militar, que duraria vinte e um longos anos. Para o Ensino Médio, o golpe representou uma vitória dos setores conservadores, que desejavam manter a segregação velada, resultado de uma educação secundária com finalidades diferentes, para públicos diferentes. As escolas técnicas se intensificaram, procurando preparar a massa trabalhadora apta ao modelo industrial em pleno desenvolvimento. Conforme Ferreira e Bittar:

«Para o Estado tecnocrático, era preciso incorporar a massa da juventude que se constituía na prole das classes populares – ou, como se expressava o ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, engenheiro

Glycon de Paiva (1972, p. 34), a prole do “gado humano” (notadamente nordestina) – ao esforço de construção do “Brasil Grande Potência”». (2008, p. 346)

A máxima de uma educação democrática e universal precisou ficar hibernada durante a ditadura, já que a simples suspeita de subversão ao sistema era considerada um crime contra o Estado passível de perseguição, exílio, tortura e assassinato. Foi somente com a redemocratização do país que movimentos sociais de pensamento crítico e inspirações políticas e filosóficas de esquerda, puderam florescer novamente. As disputas de ideias, que nunca tinham cessado de todo, deram-se ainda mais fortes, na batalha travada ao entorno da construção de nossa nova Constituição, promulgada em 1988, após quase dois anos de discussões. Ao Ensino Médio, uma vitória dos setores progressistas, que conseguiram incluí-lo como etapa da Educação Básica, assegurando-lhe financiamento, ampliação e pretensão de universalização. Sendo, portanto, um direito de todo e qualquer cidadão.

Desde então, o Ensino Médio assumiu para si sua dupla identidade, mas parece, pelo menos em termos legais, ter perdido aquele caráter segregador. Ou seja, serve tanto como terminalidade quanto como intermediário, mas o faz sem distinguir classe social. Na prática, é óbvio que essa é uma idealização cuja realização pode ser altamente questionável, uma vez que sabemos que o acesso dos jovens aos bancos escolares da etapa média não garante sua permanência, por questões objetivas e necessidades imediatas que afetam a vida escolar e provocam, muitas vezes, números alarmantes de evasão escolar. Longe de uma disputa vencida, a consolidação de um Ensino Médio popular e de qualidade nunca se concretizou, enfrentando resistência das classes conservadoras, que nunca desistiram de seu sonho elitista de uma estratificação social, pautada pela educação. Isso porque, ainda que considerando as necessidades mercadológicas, as pedagogias críticas, nascidas com Paulo Freire, pregam uma educação voltada para emancipação humana e para a construção do sujeito integral. Em outras palavras, uma educação que desenvolva o ser humano a partir de uma visão multifacetada, onde o emprego e as necessidades do capitalismo representam apenas uma dessas possibilidades.

Como vimos, porém, a ideologia burguesa tende a transformar o particular em máxima universal; parecendo-lhes impossível uma escola para outro objetivo, senão a formação da mão de obra laboral. No século XXI, a visão neoliberal acrescenta algumas novas camadas a esta

cosmovisão, encarando a formação do trabalhador não mais somente em seu aspecto técnico, mas, também, em sua dimensão cultural. É assim que chegamos ao sujeito empreendedor, máxima da educação atual e ponto central da reforma do Ensino Médio.

### **3. O Novo Ensino Médio: desenhando uma crítica**

Com a Lei 3.415 de 2017, nasce o Novo Ensino Médio (NEM), uma reforma curricular que pretende realinhar os objetivos educacionais desta etapa, tornando-lhe, entre muitas outras, mais atrativo aos jovens. Tal reforma modifica substancialmente toda organização curricular tanto dos componentes obrigatórios, quanto da parte diversificada do currículo, inserindo, inclusive uma novidade: as trilhas de aprofundamento curricular. Sob ares de novidade, o que a reforma recoloca em jogo é aquela velha discussão entre ensino técnico e propedêutico, entre mercado de trabalho imediato e universidade, entre pobres e ricos. Uma disputa sempre em voga, entretanto, jamais encerrada em nossa história.

O NEM orienta-se ao entorno da ideia de construção do sujeito empreendedor, em sentido amplo, apto para realizar-se enquanto sujeito trabalhador em um mundo de novas e mais precárias relações trabalhistas. A educação técnica volta com força ao Ensino Médio, oferecendo uma saída rápida para jovens sem grandes perspectivas de seguir com os estudos no futuro. Porém, o currículo propedêutico também parece encarnar a lógica mercadológica, ao retirar disciplinas consideradas produtoras de olhar crítico (como História, Filosofia, Sociologia, Geografia, etc.) e preencher essas horas com aulas de “O que rola por aí”, “RPG”, “Brigadeiro caseiro”, “Mundo Pets SA” e “Arte de morar”, conforme destaca reportagem da Revista Exame<sup>3</sup>. Segundo o próprio Ministério da Educação (MEC):

«A reforma do ensino médio é uma mudança na estrutura do sistema atual do ensino médio. Trata-se de um instrumento fundamental para a melhoria da educação no país. Ao propor a flexibilização da grade curricular, o novo modelo permitirá que o estudante escolha a área de conhecimento para aprofundar seus estudos. A nova estrutura terá uma parte que será comum e obrigatória a todas as escolas (Base Nacional Comum Curricular) e outra parte flexível. Com isso, o ensino médio aproximará ainda mais a escola da

---

<sup>3</sup>Veja a reportagem completa em: <<https://exame.com/brasil/apos-reforma-do-ensino-medio-alunos-tem-aulas-de-o-que-rola-por-ai-rpg-e-brigadeiro-caseiro/>>.

realidade dos estudantes à luz das novas demandas profissionais do mercado de trabalho. E, sobretudo, permitirá que cada um siga o caminho de suas vocações e sonhos, seja para seguir os estudos no nível superior, seja para entrar no mundo do trabalho». (Portal do MEC, Novo Ensino Médio – Dúvidas, 2017).

Reencenando a velha disputa, o NEM realoca a formação rápida e superficial, desconsiderando as desigualdades sociais e promovendo um ensino conectado com o mundo, na medida, claro, em que este mundo expressa exatamente a visão burguesa de realidade. Contudo, o rearranjo curricular (aumento de carga horária, diminuição de componentes críticos e científicos, alinhamento com os mercados locais e etc.) do NEM também parece centrar-se em uma visão muito restrita de sucesso escolar, ao orientar-se ao entorno de um discurso de fracasso escolar calcado em testes internacionais padronizados, que medem habilidades consideradas chaves ao trabalhador contemporâneo, como no caso dos índices Ideb, Enem, ANA (Saeb), Pisa, entre outros. A bandeira vermelha, o sinal de alerta, ao NEM se dá justamente pelo tipo de sujeito prometido a partir desta educação, aquele empreendedor de si, alinhado aos empregos informais e flexível o suficiente, para um mercado de trabalho em acelerada transformação.

O repasse ideológico por meio da educação ganha novos contornos na era digital, intensificando-se na medida em que consegue pulverizar-se de forma cada vez mais rápida e imperceptível. Seguindo a esteira marxista, Theodor W. Adorno apontou, ainda no século XX, no potencial nefasto da industrialização da cultura para a disseminação ideológica. A Indústria Cultural, como chamou, tem capacidade de criação de realidade mais potente e danosa que o mecanismo da educação formal, pois acessa o sujeito desde momentos onde o aprendizado não se apresenta sob estas vestes. A indução do desejo, a apreensão de mundo e a criação de realidade podem se dar, por exemplo em um filme ou em comercial de televisão. Induzindo o espectador a uma superexposição de realidade única, sem apresentar-lhe alternativas viáveis que lhe serviriam de contraponto.

Ao embrenhar-se na educação, a Indústria Cultural reforça a universalização de conceitos e o embrutecimento crítico, necessários àquela autopreservação da sociedade burguesa. Assim, o processo formativo da educação acaba por fragilizar-se, produzindo uma formação pela metade, uma semiformação. Para Adorno (1996, p. 389), “a formação cultural agora se converte em uma

semiformação socializada, na onipresença do espírito alienado, que, segundo sua gênese e seu sentido, não antecede à formação cultural, mas a sucede. Desse modo, tudo fica aprisionado nas malhas da socialização”. Se, conforme elucidou Marx, sujeito e sociedade são indissociáveis e a consciência do real está sempre atrelada às condições materiais de sua época, agora a produção do real parece curvar-se ao mundo construído, sendo produzido não “com” ele, mas “a partir” dele. Ocorre, portanto, uma fissura formativa capaz de produzir sujeitos embrutecidos moralmente, criadores de uma realidade social cada vez menos humanizada. Para Adorno, a semiformação é parcialmente culpada, por exemplo, pelo holocausto da segunda guerra mundial, por fomentar uma formação humana mais pautada na burocratização e matematização do mundo, e menos em uma construção ética das relações humanas.

O NEM encarna perfeitamente a dinâmica de uma formação pela metade, ao centrar-se em uma escola para o mercado, cujo currículo torna superficial qualquer relação com conhecimentos profundos e de reflexão crítica. Ao desmerecer as Ciências Humanas, por exemplo, e superestimar a Matemática e a Língua Portuguesa (únicos componentes obrigatórios durante os três anos do Ensino Médio), demonstra exatamente sua posição acerca do que considera relevante aos sujeitos contemporâneos. Na busca pela criação mais rápida, mais barata e mais efetiva dos novos trabalhadores, o NEM representa perfeitamente a lógica da utilidade imediata, abarcando em seu currículo apenas aquilo que considera útil para o aqui e para o agora, desmontando de vez qualquer possibilidade imaginativa de uma sociedade para além do capitalismo e das relações humanas fragilizadas que vivenciamos. Para Scussel (2021, p. 177), o objetivo deste modelo educacional “é melhorar a produtividade e a qualidade do trabalho, não apenas daqueles que são formados a partir do modelo de escola neoliberal, mas mesmo dos próprios professores que trabalham na formação desses indivíduos”.

## **Considerações Finais**

Ao analisarmos a história da criação e da consolidação do Ensino Médio brasileiro, podemos observar sua clara confluência com os interesses econômicos de cada época. Mesmo ao tornar-se etapa da educação básica, uma vitória importante dos setores progressistas da sociedade, o Ensino Médio popular nunca deixou de ser uma concessão das elites, sendo útil ao

modelo de produção dos novos trabalhadores. Porém, a disputa ao entorno da identidade do Ensino Médio nunca deixou de ocorrer, colocando esta etapa no meio de uma verdadeira queda de braço ideológica.

A mais recente reforma curricular desta etapa, o Novo Ensino Médio, parece representar uma revanche da classe conservadora, que nunca se conformou com sua derrota após a redemocratização do país. Com uma ideia limitada de currículo, o NEM retoma aquela velha discussão entre identidade terminal e intermediária, fantasiando um discurso democrático para encobrir a realidade que produz: a elitização da educação superior do país. Como apoio ideológico, o novo rearranjo educacional atrela-se aos meios de propagação cultural, como forma de garantir apoio popular a partir da construção racional e consciente da realidade, operando desde o âmbito formativo das subjetividades.

Por fim, este artigo não teve outro objetivo senão o de apresentar de forma muito elementar essa discussão tão atual, apostando em alguns conceitos da Teoria Crítica como fonte de inspiração para uma leitura refletida da realidade de nossa educação atual, sem correr o risco, claro, de considerá-la como única alternativa possível. Para além desses pequenos ensaios e reflexões, não temos muito mais a oferecer. Exceto, a certeza de que mesmo em sua simplicidade, tais análises podem ser poderosas ferramentas de resistência e de imaginação.

## Referências

ADORNO, T. (1996). Teoria da semicultura. Educação & Sociedade, Campinas.

CHAUÍ, M. (1980). O que é ideologia. São Paulo: Brasiliense.

FERREIRA, A. e BITTAR, M. (2008) Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. Cadernos Cedes, n. 76, vol. 28, p. 333-355, set./dez.

FILHO, G. (2013). A educação brasileira: no contexto histórico. Campinas: Editora Alínea.

MEC, Novo Ensino Médio – Dúvidas. Acessado em: 25 de abril de 2024. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>>.

SCUSSEL, W. (2021). O conceito de emancipação na BNCC e a sociedade neoliberal. Criar Educação, Criciúma, v. 10, nº2, p. 163-183, ago/dez.